

² Doutora em Educação, professora permanente do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal de Alagoas – IFAL, regina.brasileiro@ifal.edu.br.

sociocultural como propósito almejado.

Nessa perspectiva, a educação não formal abre um leque de oportunidades que contribui de maneira significativa na formação integral dos indivíduos. Nesse contexto, os espaços educativos ultrapassam a sala de aula e alcançam “territórios que acompanham as trajetórias de vida dos grupos e indivíduos, fora das escolas, em locais informais, locais onde há processos interativos intencionais”. Dessa forma, a intencionalidade assume um papel preponderante na educação não formal, pois envolve ação, participação, aprendizagem e transmissão ou trocas de conhecimentos (Gohn, 2006, p. 29).

Nesse sentido, o problema de pesquisa se apresenta a partir da seguinte pergunta: Como os espaços não formais das comunidades quilombolas Sabalanga e Gurgumba contribuem para o processo ensino-aprendizagem do Ifal Campus Viçosa? Dessa forma, esse trabalho busca incentivar a adesão de ações educativas no contexto da Educação Profissional e Tecnológica, contemplando os atores envolvidos no processo de ensino-aprendizagem para a promoção de uma educação emancipatória, em um contexto social estruturado pelo racismo.

A metodologia utilizada nesse trabalho é de natureza qualitativa que envolve a categoria de análise “A invisibilização das comunidades quilombolas Sabalanga e Gurgumba enquanto espaços educativos não formais”, a partir das respostas dos questionários destinados aos docentes do Curso Técnico de Administração Integrado ao Ensino Médio.

Essa constatação é crucial para a inserção de ações educativas antirracistas no contexto da Educação Profissional e Tecnológica com o objetivo primordial de minimizar os impactos negativos causados por um sistema cruel que propositalmente nega direitos básicos à população negra. Nessa perspectiva, as ações educativas antirracistas surgem como ferramentas de desconstrução de padrões racistas, promovendo atividades que diminuem a desigualdade social.

Diante disso, a educação não formal vem alcançando relevância no contexto educacional devido a vários fatores, entre eles: uma evidente disfunção da escola pública, bem como as pressões sociais envolvendo temas sensíveis no campo social da atualidade. Por esse viés, a educação formal, sendo basilar para a formação do indivíduo, tem apresentado alguns pontos limitantes que requerem mudanças profundas para atender às novas demandas. É importante salientar que o reconhecimento e valorização que a



educação não-formal vem ganhando no contexto escolar não pode de forma alguma desconsiderar a importância da educação formal, visto que elas são complementares, (Simson et al. 2001, p. 29).

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que identificou como categoria de análise “A invisibilização das comunidades quilombolas Sabalangá e Gurgumba enquanto espaços educativos não formais”, a partir das respostas dos questionários destinados aos docentes do Curso Técnico de Administração Integrado ao Ensino Médio. Percebe-se que, mesmo a maioria dos docentes lecionando no Instituto Federal de Alagoas entre 05 (cinco) e 15 (quinze) anos, eles não possuem experiência com práticas de ensino-aprendizagem em um espaço não formal na EPT.

Sob o suporte de referenciais teóricos-metodológicos acerca dos espaços não-formais de ensino na Educação Profissional e Tecnológica, bem como a apresentação das Comunidades Quilombolas como símbolo de resistências e lugar de profundas aprendizagens. Sendo assim, o objetivo deste trabalho é apresentar a importância das práticas educativas que ocorrem além dos muros da escola e que contribuem ativamente na formação social do indivíduo.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Relevância dos Espaços Não Formais na Educação Profissional e Tecnológica como Lugar de Práticas Educativas

Uma vez que realizamos algumas abordagens da importância dos espaços não formais no processo de ensino e aprendizagem no contexto da Educação Profissional e Tecnológica, surge um panorama no pensamento que vislumbra a utilização desses espaços como fonte de práticas educativas que estejam aparelhadas com “fundamentos teóricos de uma formação integral, unitária e que tem a finalidade de formar o novo tipo de intelectual”, (Gomes; Lima, 2021, p.370).

Por essa razão, é importante considerar os espaços não formais como um lugar de



profundas reflexões no contexto educacional, pois esses ambientes contêm características inerentes aos seus diferentes contextos. Assim, é importante a qualquer estudante a utilização dos espaços de educação não formal no seu processo formativo, no âmbito do ensino profissional, e assim, estimular observações mais profundas às questões de cidadania (Castilho, 2014. p. 34).

Dessa forma, entendemos que a educação informal e não-formal sempre andou de mãos dadas com a educação formal, sendo assim, promotoras de trocas de experiências educacionais que contribuem para o crescimento do indivíduo em seus diversos aspectos. A família, nesse sentido, exerce um papel fundamental, por ser o pilar de sustentação do elo existente entre a educação escolar e a educação transmitida nesse recinto peculiar. Assim, a contribuição da educação informal que o sujeito recebe no seio familiar continua sendo imprescindível para o fortalecimento do vínculo do indivíduo nos processos de escolarização.

Diante dos diferentes formatos de educação existentes, percebemos uma relação intrínseca entre eles, visto que o objetivo primordial dos processos educacionais é a formação do indivíduo como ser pensante que necessita adquirir habilidades para enfrentar os inúmeros desafios hodiernos e exercer com excelência as atribuições que lhe são pertinentes na condição de cidadão. Nesse sentido, a educação não formal, informal e formal, contribui de forma significativa para uma formação omnilateral do sujeito, ou seja, contempla o indivíduo integralmente (Almeida, 2014, p. 3).

Por esse viés, é preciso considerar que existe um diálogo estreito entre as modalidades educacionais, tendo em vista elas serem complementares e interdependentes. Dessa forma, é preciso fazer uma articulação categórica desses formatos educacionais, visando a uma maior interação do sujeito nas práticas educativas e com isso formar cidadãos bem capacitados para inseri-los no contexto social. Nesse âmbito, a apropriação dos conhecimentos científicos e tecnológicos se constituem instrumentos necessários para a promoção de um mundo melhor.

Nesse sentido, vemos que a educação não formal, informal e formal se completa na ação transformadora do sujeito, pois todas as modalidades educacionais são promotoras de habilidades para a participação e envolvimento do indivíduo no contexto social ao qual se encontra inserido. Desse modo, o sujeito adquire ferramentas que são imprescindíveis para a sua atuação no complexo mundo do trabalho.





“superar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho, entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar”. Para isso, precisa-se impetrar a educação profissional vinculada ao ensino médio com o propósito da “formação omnilateral dos sujeitos” (Ramos, 2014, p. 84).

As Comunidades Quilombolas como Símbolo de Resistência e Lugar de Profundas Aprendizagens

As comunidades quilombolas existem historicamente pela manutenção dos elos fortes de sua identidade com o território delimitado tradicionalmente, apoiado pela práxis vivenciada e pela força demonstrada diante da opressão sofrida ao longo do tempo. Essa forte ligação dos quilombolas com a terra, com as manifestações culturais e sociais que envolvem “celebrações, construções de espaços sagrados e de vínculo com as memórias ancestrais. As relações e os modos de vida associam-se a outras características de natureza cultural e simbólica”, desenvolvendo um sentimento mútuo de lutas em prol de reconhecimento e dignidade (Souza; Silva, 2021, p. 86).

É oportuno registrar que as comunidades quilombolas existentes no território brasileiro no contexto atual geralmente são formadas por indivíduos que mantêm um forte laço de parentesco, e isso reforça o sentimento de pertencimento e unidade comunitária que estimula a luta constante pelos direitos que foram suprimidos no decorrer do tempo, e mesmo assim, tentam de forma intencional apagar a riqueza cultural e social que essas comunidades oferecem. Veja o que diz Furtado et al. nesse sentido:

Além disso, o estigma da invisibilidade, atribuído a um passado histórico em que era necessário esconder-se para continuar existindo diante de um sistema colonialista opressor, é questionado na atualidade, pois essas comunidades tiveram que se tornar visíveis para reivindicar seus direitos perante o Estado. (Furtado et al, 2014, p.112).

Esta constatação é crucial para fomentar a luta dessas comunidades pelos direitos que lhes são peculiares. Desse modo, não se pode permitir que os interesses hegemônicos promovam o apagamento dessas comunidades quilombolas visando ao enfraquecimento da luta e dos questionamentos levantados ao longo do tempo. Nessa conjuntura, é de suma importância a criação das ações afirmativas como instrumento que minimize os impactos tão negativos da desigualdade social.



Nessa perspectiva, as comunidades quilombolas se configuram como espaços que envolvem participação, interação social e trocas de saberes que contribuem de forma significativa no processo de ensino e aprendizagem. Desse modo, é imprescindível enxergar a importância do valor histórico e da riqueza cultural que as comunidades quilombolas representam no contexto educacional, tendo em vista o forte símbolo de luta e resistência que elas retratam no contexto social, bem como um riquíssimo lugar de aprendizagem.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com o intuito de compreendermos a relevância das comunidades quilombolas como espaços não formais de ensino no contexto da Educação Profissional e Tecnológica, buscamos saber se, de fato, esses espaços estão sendo utilizados pelo Ifal. A partir dessa dimensão, identificamos a categoria de análise - A invisibilização das comunidades quilombolas Sabalangá e Gurgumba enquanto espaços educativos não formais – em que analisamos de acordo com as respostas dos questionários destinados aos discentes e docentes do Curso Técnico de Administração Integrado ao Ensino Médio.

O nosso estudo revelou que apenas 2 (dois) docentes realizaram alguma prática docente em um espaço não formal de ensino. Onde o docente 06 relata que realizou “visita técnica em Maceió com estudantes” e o docente 9 diz que fez “aula de campo”. Percebemos que, mesmo a maioria dos docentes tendo um tempo considerável que leciona no Instituto Federal de Alagoas, ou seja, entre 5 (cinco) e 15 (quinze) anos, mesmo assim não possui experiência com essa rica prática de ensino-aprendizagem em um espaço não formal. Isso reforça a necessidade da ampliação dessas práticas com o intuito de promover uma educação emancipatória. Nesse sentido, veja o que dizem Gomes e Lima (2021):

Utilizar-se dos espaços não-formais de ensino é um dos caminhos que amplia ou dilata os espaços pedagógicos em direção à integração e a efetivação de uma concepção educativa emancipatória.

...A perspectiva com a qual pensamos o uso dos espaços não-formais como recurso para as práticas pedagógicas está alinhada com fundamentos teóricos de uma formação integral, unitária e que tem a finalidade de formar o novo tipo de intelectual. Por isso, dois princípios são levados em consideração: a) promover uma formação escolar que garanta a inserção ativa dos egressos na sociedade política e nos processos organizativos da vida social, cultural etc.;



b) promover uma formação escolar que garanta a inserção ativa dos egressos no mundo do trabalho e da produção e da organização dos espaços produtivos e organizacionais.

Considerando que os estudantes já se encontram inseridos no mundo social, tal proposta educativa, sustenta-se como válida desde que a escola consiga ter como ponto de partida para as suas práticas educativas e pedagógicas a realidade vivida pelos estudantes, para então ampliar as experiências pessoais e colocá-los em contato com mundo mais amplo no qual política e organização da produção não se distinguem, se não metodologicamente. Isso significa afirmar que as práticas educativas e pedagógicas formais não devem extrair o estudante do contexto social e político no qual vive e sente o mundo. (Gomes e Lima, 2021, p.369, 370).

Desse modo, os espaços não-formais de ensino possibilitam a inserção de práticas educativas desenvolvidas pelos docentes, nas quais eles serão favorecidos na sua atuação profissional e na ampliação de sua bagagem de conhecimentos, bem como para os discentes que terão uma formação pessoal e profissional completa.

É importante salientar que, as comunidades quilombolas Sabalangá e Gurgumba, apesar de serem reconhecidas pela Fundação Palmares e possuírem um grande significado sociocultural, não são usadas como espaços não-formais de ensino pelo Ifal Campus Viçosa. A nossa pesquisa revelou que os docentes, por unanimidade nunca realizaram uma visita técnica nas referidas comunidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou apresentar a relevância dos espaços não formais de ensino no contexto da Educação Profissional e Tecnológica. Nesse sentido, foi feita uma reflexão a respeito da educação não formal como possibilidade de transformação da realidade social, em que o indivíduo amplia consideravelmente a sua visão de mundo, tornando-se consciente e preparado para enfrentar os desafios impostos pelo poder hegemônico.

Diante disso, pode-se perceber que as comunidades quilombolas, como espaços não formais de ensino, propiciam, através das manifestações sociais e culturais, bem como do seu valor histórico, um leque de contribuições para a formação dos indivíduos. Isso ocorre por meio dos processos de ensino e aprendizagem que são intencionalmente desenvolvidos nessas comunidades, com o objetivo de formar um ser humano consciente do seu papel na transformação do mundo, assumindo um elevado senso de criticidade e



colegiadas nas escolas. Ensaio: avaliação das políticas públicas em educação, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

GOMES, Jarbas Mauricio; LIMA, André Suêlto Tavares de. OS ESPAÇOS NÃO-FORMAIS DE ENSINO E A PRÁTICA PEDAGÓGICA NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO. Humanidades e Inovação, [s. l], p. 366-379, 12 nov. 2021. Mensal.

<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10529>. Acesso em 01/set.2025

MOURA, Dante Henrique. Ensino médio integrada subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral? Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 39, n. 3. p. 705-720, ju./set., 2013.

RAMOS, Marise Nogueira, história e política da educação profissional, 2014.

SILVA, Gilvânia Maria da; SOUZA, Bárbara Oliveira. QUILOMBOS E A LUTA CONTRA O RACISMO NO CONTEXTO DA PANDEMIA. 2021.

SIMSON, Olga Rodrigues De Moraes Von; PARK, Margareth Brandini; FERNANDES, Renata Sieiro; AFONSO, Almerindo Janela. EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL: CENÁRIOS DA CRIAÇÃO. Campinas- São Paulo: Editora da UNICAMP, 2001.

